Anúncio n.º 3910-JE/2007

A Dr.ª Maria Gabriela Lopes, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 322/04.1GAVLC, pendente neste Tribunal contra o arguido Abdiel Tavares Rodrigues, filho de Adelino Tavares Rodrigues e de Raquel Rosa Rodrigues, natural de Carregosa, Oliveira de Azeitões, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Setembro de 1953, titular do bilhete de identidade n.º 4949526, com domicílio na Teamonde, Vila Chã, 3730 Vale de Cambra, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 21 de Julho de 2004, por despacho de 30 de Abril de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

2 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Gabriela Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José*.

Anúncio n.º 3910-JF/2007

A Dr.ª Maria Gabriela Lopes, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 302/94.3TBVLC, tendo apensos os processos comuns (tribunal singular), A e B, anteriores 297/94 e 337/94 pendentes neste Tribunal contra o arguido Manuel Jorge Quadros Almeida Ribeiro, filho de António De Almeida Ribeiro e de Judite de Jesus Quadros Cara de Anjo, natural de Vila Chã, Vale de Cambra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 23 de Maio de 1940, casado, titular do bilhete de identidade n.º 1656770, com domicílio na Praça, Macieira de Cambra, 3730 Vale de Cambra, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 9 de Novembro, praticado em 7 de Abril de 1994, por despacho de 30 de Abril de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação e desistência de queixa.

7 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Gabriela Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José*.

Anúncio n.º 3910-UG/2007

A Dr.ª Sandra Ferreira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 354/93.3TBVLC, pendente neste Tribunal contra o arguido Artur Aires Marques da Silva, filho de Américo Magalhães da Silva e de Maria Marques de Almeida, natural de Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Janeiro de 1947, casado, regime desconhecido, com domicílio na Alto da Cimalha, 250, Sandim, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 30 de Março de 1993, por despacho de 10 de Maio de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

10 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Sandra Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José*.

Anúncio n.º 3910-UH/2007

O Dr. Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vale de Cambra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 449/06.5GAVLC, pendente neste Tribunal contra o arguido Pavel Juliana, de nacionalidade romena, nascido em 6 de Junho de 1988, solteiro, com domicílio na Rua da Liberdade, 16, 1100 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 11 de Agosto de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Maio de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a

apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Casas Azevedo*. — O Escrivão-Adjunto, *Vitor Couto*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VALENÇA**Anúncio n.º 3910-UI/2007**

O Dr. Paulo António Carvalho Souto, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Valença, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 299/98.0GBVLN, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Belmira Ribeiro da Costa Lamas, filho de José Fernando Gonçalves da Costa Lamas e de Emília Ribeiro Dias, natural de Urgez, Guimarães, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Junho de 1955, casado, regime desconhecido, titular do bilhete de identidade n.º 7348604, com domicílio no apartado 10, apartamento 339, Fuerte Ventura Parq, 35610 Antigua, Cartillo, Puerto del Rosário, Ilhas Canárias, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 11 de Agosto de 1998, por despacho de 14 de Março de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação da arguida.

16 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo António Carvalho Souto*. — O Escrivão-Adjunto, *Jorge Oliveira*.

Anúncio n.º 3910-UJ/2007

O Dr. Paulo António Carvalho Souto, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Valença, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 327/95.1TBVLN, pendente neste Tribunal contra o arguido José Afonso de Sousa, filho de António de Sousa e de Palmira Afonso, nascido em 12 de Julho de 1956, casado, titular do bilhete de identidade n.º 5884577, com domicílio na Contivay, 46090 Francoules, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 1 de Setembro de 1995, por despacho de 28 de Março de 2007, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado e prestado termo de identidade e residência.

20 de Abril de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo António Carvalho Souto*. — O Escrivão-Adjunto, *Jorge Oliveira*.

Anúncio n.º 3910-UL/2007

O Dr. Paulo António Carvalho Souto, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Valença, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 23/03.8FBPVZ, pendente neste Tribunal contra o arguido Juan Pablo Juarez, de nacionalidade portuguesa, nascido em 27 de Setembro de 1976, titular da identificação fiscal n.º 242245196, com domicílio na Rua do Ameal, 915, Olival, 4415 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de contrafacção, imitação e uso ilegal de marca, previsto e punido pelo artigo 323.º do Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 de Março, praticado em 2 de Maio de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Março de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo António Carvalho Souto*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Neto*.